

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DA DOCUMENTAÇÃO NOTARIAL ANTERIOR AO SÉC. XIII

(Comunicação ao IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra 1993)

- António Emiliano -

(Departamento de Estudos Linguísticos da FCSH / UNL)

*Che la veste grafica di un testo possa ingannare
profondamente, cioè celare ostinatamente fenomeni
realmente e organicamente presenti nel parlato, è
concetto sul quale forse non si insiste mai abbastanza.*
(Sabatini 1978:450)

Um equívoco não infrequente em Linguística Românica consiste em fazer coincidir a passagem à escrita da línguas românicas com o surgimento dos primeiros documentos e monumentos (Koch 1993:49) em ortografia romance, considerando assim apenas uma perspectiva sincrónica e ontogenética do fenómeno e ignorando o aspecto filogenético e tradicional.¹ Este equívoco, que resulta, por um lado, de uma visão pouco exacta da relação entre oralidade e escrituralidade na România alto- e tardo-medieval, e, por outro lado, de uma perspectiva diglósica ou no mínimo bilingue da situação socio-linguística das comunidades romanófonas medievais, tem contribuído para a desvalorização da documentação notarial anterior ao séc. XIII, geralmente considerada como um produto da barbárie e ignorância generalizadas dos escribas medievais: a língua desses documentos não seria mais que um latim bárbaro ou corrupto, em que a inépcia dos escribas mais não lograria que disfarçar grosseiramente o vulgar com uma capa superficial de latinidade. A observação de Francesco Sabatini sobre estas questões, e que passo a citar, é particularmente pertinente e adequada para iniciar estas considerações gerais sobre o estudo da documentação notarial:

'Il testo volgare scritto viene sopravvalutato quando si vuol fondare esclusivamente su di esso la storia linguistica di un periodo storico; viene non meno dannosamente sottovalutato quando viene isolato dall'intera massa di produzione scritta circolante nella società del tempo. [...] il testo scritto viene non compreso nella sua reale portata se non viene visto nella sua specifica posizione e funzione nel quadro generale del sistema di comunicazioni vigente in quella società e nel quadro delle esigenze reali di comunicazione (giuridica o religiosa o letteraria) che quella società manifestava.' (Sabatini 1978:449)

Para uma atenção adequada do surgimento dos primeiros textos hispânicos escritos em vulgar, ou seja, em ortografia romance, e dos primeiros textos portugueses, em particular, com a invenção e elaboração duma scripta portuguesa no séc. XIII, deve realçar-se a importância fundamental do estudo grafemático e scripto-linguístico — que está ainda por fazer — dos documentos notariais médio-latinos anteriores ao séc. XIII, no sentido de um correcto enquadramento histórico, cultural e linguístico desses aspectos importantes do período antigo da história da línguas ibero-românicas.

Deve esse estudo estabelecer e documentar a **relação filo-genética** que existe entre as práucas escritas alatinadas, e as tendências de romanceamento gráfico, atestadas na abundante documentação notarial hispânica compreendida entre os sécs IX e XII, por um lado, e o desenvolvimento e autonomização de scriptas romances um pouco por toda a Península Ibérica a partir do início do séc. XIII, por outro lado.

A língua notarial hispânica documenta uma **cadeia ininterrupta de romanceamento** que vai desde os documentos mais antigos conhecidos até os primeiros textos verdadeiramente romances dos finais do séc. XII e inícios do séc. XIII. O surgimento de ortografias romances autónomas, se é em cada região um evento cultural localizado, produto de uma época de mudanças culturais e políticas significativas em toda a Península, é também do ponto de vista diacrónico e genético, o culminar, de uma tendência antiga de mudança scripto-linguística que resultou na **deslatinização** progressiva da scripta notarial hispânica, abrindo caminho à emergência de ortografias romances autónomas e diferenciadas. O surgimento de códigos escritos autónomos para as diversas línguas ibero-românicas medievais pode-se dizer-se que é, no momento em que ocorre, o resultado da conjugação de diversos factores intra- e extra-linguísticos numa conjuntura histórica particularmente favorável.

Os textos tabelónicos médio-latinos anteriores ao séc. XIII devem assim, na perspectiva de um estudo grafemático, scriptológico e linguístico consistente e bem fundamentado, ser considerados, em primeiro lugar, como actos de escrita válidos em si mesmos, condicionados e determinados pela **tradição discursiva** em que se inscrevem, e no seio da qual são reconhecidos e validados pelos seus utentes. Constituem, em segundo lugar, actos discursivos adequados pragmática e estilisticamente às circunstâncias socio-culturais em que foram redigidos, e às necessidades e intenções comunicativas de quem os produziu ou mandou produzir. Devem, finalmente, ser olhados como instâncias de uma tradição ortográfica multissecular, praticada e transmitida pelos escribas notariais até o advento das ortografias romances hispânicas.

Em suma, estes documentos devem, como qualquer *corpus* textual aliás, ser enquadrados e perspectivados nas redes culturais e constelações textuais que lhes dão a sua validade funcional no seio da comunidade linguística em que e para que foram produzidos e transmitidos.

Antes do final do século XI (mais precisamente antes do concílio de Burgos que em 1080 introduziu oficialmente na Península Ibérica a liturgia romana e com ela o latim medieval reformado) não há qualquer razão para postular a existência nas comunidades ibero-românicas de uma distinção conceptual generalizada e operante entre **latim** e **romance** como realidades linguísticas distintas. Apesar da introdução e divulgação das *litterae* a partir do final do século XI, a oposição entre latim e romance (surgida inicialmente na România ocidental em consequência das reformas carolíngias — cf. Wright 1982 e Wright 1991b), como códigos conceptualmente distintos e necessariamente dotados de escritas autónomas e distintas, só se instaurou definitiva e duradouramente na Península cerca de dois séculos depois (com excepção da Catalunha), como consequência de um processo dilatado de mudança meta-linguística.

A existência de variação entre formas “alatinadas” e formas “romanceadas” em textos medio-latinos antigos, a existência de versões romances de textos latinos notariais e forais a partir dos finais do séc. XII, a existência de glosas romances como as de Silos ou S Millán, a existência de textos inteira ou fortemente romanceados (como a ‘Nodicia de kesos’ leonesa do séc. X, ou a ‘Noditia deganato’ do séc. XI) ou fragmentos de textos inteiramente romanceados em época anterior ao final do séc. XII (por ex. o conhecido documento de Vairão de 1161, ANTT maço I, nº118), não reflecte necessariamente uma distinção conceptual entre latim e romance na Hispânia dos séculos XII e anteriores, como referirei mais abaixo. Isto não obsta porém a que indivíduos ou grupos de indivíduos letrados ligados à produção ou transmissão de textos (notários, copistas, professores, *lectores*, clérigos em geral, etc.) tivessem consciência das profundas diferenças que existiam entre a língua escrita e a falada. A partir de finais do séc. XI, não é difícil conceber que para esses indivíduos, em contacto com as experiências ortográficas trans-pirenaicas e com a nova pronúncia oficial do latim litúrgico e literário (baseada em regras novas, gerais e simples, de correspondência grafo-fonémica transparente), o anisomorfismo da relação entre o oral e o escrito se apresentasse de forma particularmente palpável. Mas o que importa aqui não é a dimensão fenomenológica das diferenças ou da consciência em si das diferenças, mas sim o valor conceptual dessa consciência, enquanto fundamento de atitudes ou pressupostos sobre a linguagem vigentes no seio das

comunidades romanófonas hispânicas. O importante é a interpretação e avaliação (aspectos subjectivos culturalmente condicionados), e não apenas a percepção (aspecto empírico), que os falantes e escreventes faziam dessas diferenças, no contexto da sua tradição cultural e da sua vivência comunitária. Nada permite supôr que essa interpretação fosse no sentido de distinguir entre duas línguas — o latim e o vernáculo romance — em lugar de dois registos do continuum socio-linguístico e estilístico da comunidade. Tratar-se-ia de uma situação de **monolingüismo complexo** (Wright 1992), e não de bilingüismo ou diglossia, como muitos estudiosos persistem ainda em manter ², apesar da não existência, frise-se, de qualquer evidência clara nesse sentido. Ao contrário, a convertibilidade de grafias, formas, expressões e fórmulas latinas para romance, discutida mais adiante, constitui a meu ver evidência positiva no sentido do monolingüismo e da não distinção conceptual entre latim e romance.

A 'consciência do vulgar', para empregar a terminologia de Sabatini ³, não coincide assim com a elaboração das ortografias romances. Até que se instaure generalizadamente a distinção conceptual entre latim medieval e romance, a consciência do vulgar só pode inscrever-se e ter expressão num contexto de continuidade em relação à tradição escrita e literária latina, não havendo lugar para rotura concepcional. Antes da reforma do latim, que estabelece uma nítida e perceptível clivagem entre língua escrita e língua falada, a consciência do vulgar não se poderia manifestar fora do quadro da latinidade. Latinidade baixa, barbarizada ou decadente, na opinião ainda hoje prevalecente. Mas para os contemporâneos, para os indivíduos empenhados profissionalmente em cultivar e transmitir a herança do passado latino, as diferenças óbvias que essa latinidade apresentava em relação à latinidade antiga que a Idade Média prezou e reverenciou, e tentou sempre emular, não seriam vistas como mais que aspectos estilísticos característicos da sua própria época, da sua própria modernidade. A latinidade tardia da Vulgata é obviamente diferente da latinidade alto-medieval dos diplomas merovíngios ou leoneses; no entanto os modelos operativos de correcção e adequação literária e linguística eram basicamente os mesmos, apesar dos resultados paradoxalmente divergentes. A possibilidade de confronto imediato da produção textual medieval com a literatura antiga, na liturgia, nas bibliotecas e nos *scriptoria*, e o estudo continuado da *ars grammaticae* na România através de todo o período medieval, devem excluir à partida o quadro duma deriva no sentido do barbarismo e da corrupção linguística.

A consciência da romanidade, ao contrário, coincidiu inevitavelmente com o advento da nova latinidade reformada do renascimento carolíngio e das reformas cluniacenses, estando a elaboração de ortografias românicas indissociavelmente ligada ao cultivo do latim medieval; ou seja, a criação e elaboração de ortografias românicas

autónomas só pode ter sido o resultado da actividade de literati competentes e empreendedores, nunca de escribas semi-analfabetos, que, constantemente a braços com dificuldades inultrapassáveis na escrita do latim, teriam decido, num rasgo de génio de análise e engenharia linguísticas, inventar sistemas fonográficos mais adequados às estruturas da língua falada.

O surgimento e estabelecimento da distinção conceptual entre latim e os vernáculos das várias comunidades românicas da Europa Ocidental formam o objecto do livro de Roger Wright *Late Latin and Early romance in Spain and Carolingian France* (Wright 1982). A polémica que este livro controverso suscitou tem contribuído decisivamente para revitalizar e reformular a discussão do problema das origens romances e da passagem à escrita do romance. As teses centrais de Wright, que são de certa maneira o ponto de partida para estas considerações, podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- a distinção que se faz actualmente entre latim e as línguas romances não surgiu senão depois das reformas carolíngias de ca. 800 a.C.; antes destas reformas só havia uma língua, chamada então *latinus*, mas que é costume actualmente chamar "romance primitivo" (Early Romance) ou "proto-romance";
- os textos eram escritos na única maneira que se conhecia, e que é costume actualmente chamar "latim tardio"; aprendia-se, nos manuais (as *Grammaticae*), a escrever a língua (proto-)romance que se falava, mas não se escrevia uma língua diferente, da mesma forma que o francês escrito e falado de hoje são diferentes sem deixarem no entanto de ser dois aspectos da mesma língua;
- a evolução retardada das palavras denominadas "cultas" (ou "semicultas") pode explicar-se sem necessidade de a atribuir a um estrato de fala totalmente arcaico;
- esta única língua abarcava obviamente grande variação — variação geográfica, estilística e sociolinguística — tal como acontece nos grandes idiomas actuais. (Wright 1988:257-8, e Wright 1982 *passim*)

As teses scripto-linguísticas do hispanista britânico, estão exemplificadas de forma clara nas controversas transcrições fonéticas que apresenta no seu livro. Numa secção dedicada ao 'latim vulgar leonês' (Wright 1982, cap. 4) Wright oferece a transcrição fonética integral de um documento notarial leonês do princípio do século X. O problema que desde logo essa transcrição levanta, enquanto modelo da leitura oral do texto, é o da sua

inteligibilidade para falantes/ouvintes iletrados do leonês antigo. É sabido que os documentos legais deste tipo eram lidos em voz alta e que a sua compreensão por todas as partes era esperada e necessária para a validação do acto jurídico⁴. A perspectiva de Wright sobre isto em 1982 é quase exclusivamente fonética, e por conseguinte, perigosamente redutora. Cito:

" [...] the reading aloud of a tenth-century document was in a sociolinguistic and stylistic variety of tenth-century vernacular phonetics." (Wright 1982:166).

E mais adiante:

" [...] reading aloud could have used Old Leonese phonetics even for such apparently Latinate material as a legal document, in the same way as readers of Modern English documents can read legal language aloud with their own phonetic habits (Wright 1982:167).

Ora, se a utilização de fonética vernácula ou próxima do vernáculo é necessária para a inteligibilidade de um texto lido em voz alta a um público basicamente iletrado, não é no entanto suficiente. Se um anglófono pode compreender um texto legal em inglês moderno isso não depende apenas da fonética empregue na oralização. Do mesmo modo, um documento notarial inglês do século X ou XI não é compreensível por um anglófono moderno que não tenha estudado o inglês antigo, ainda que o texto seja lido com fonética moderna (ou mesmo com morfologia moderna).

Considere-se o quadro 1 que contém um excerto da transcrição que Wright 1982 propõe para o documento notarial referido; trata-se das cláusulas finais do documento:

et quidquid exinde agere facere uel ludigare uolueris ljueram In D(e)i n(o)m(ine)
e kékefênde adzere fadzere uel zulgare voljeres xifra en die nwémne

abeas potestatem. Et si quis tamen, cod f(i)eri minime non credo, aliquis tju
áßjas podestáde e se kítamne ke fjere ménime no kúeo alkí tie

contra anc uindicione mea at lnr(um)pendum uenerit u(e)l uenire conauero
kwéntrañk vendzóné mia a enrompjéndo uinjere uel uenire konáro

Imfram u(e)l Imferat pars mea partj(ue) tue ipsa terra dubplata.
énfra uel énfra páte mia páte ke tue ésa tjera ðohláda

(Wright 1982: 166-7)

quadro 1

Parece-me óbvio que formas como [támne, alkí, añk, uel, voljeres, konáro], ou sequências como [kékefênde, en die nwémne, a enrompjéndo, páte ke tue] seriam dificilmente compreensíveis para um leonês iletrado do séc. XI, porque simplesmente não correspondiam a formas e estruturas vivas do leonês antigo. A oralização de um texto em latim não-reformado, baseada exclusivamente em regras simples e gerais de correspondência grafo-fonémicas, conduz a resultados ininteligíveis do ponto de vista da língua falada.

O romanista norte-americano Thomas Walsh, que tem uma posição crítica em relação à tese monolíngua de Wright (cf Walsh 1986), percebeu a dificuldade de uma abordagem estritamente fonética ou fonémica da escrita latina medieval, e argumenta num artigo recente que a leitura de certos documentos ou trechos de documentos notariais com fonética romance não basta para os tornar inteligíveis para ouvintes sem formação literária. Dá como exemplo uma curta frase tirada dum documento dum cartulário do mosteiro de S. Millán (o mesmo que contém as famosas glosas): 'Ingrediamur, inquit, domum'. Cito:

'Even if one conjectures — as seems altogether probable — that such a sentence were read [engredjámor, injkíð, dómu], it would still have been unfathomable to the untrained listener. If, on the other hand, 'Ingrediamur, inquit, domum' was rendered orally as [entrémóz en (e)la káza, djí(o)], then we shall have to admit that *the reader simply translated Latin into vernacular, an act which itself presupposes the awareness of distinct codes.*'

(Walsh 1991: 206; o itálico é meu).

Se não posso deixar de concordar com a asserção de que as correspondências de Wright são insuficientes para garantir a inteligibilidade da frase referida, e se tão pouco ponho em dúvida a realização fonética romance

proposta por Walsh, parece-me excessiva e questionável, no entanto, a conclusão de Walsh sobre tradução para vernáculo e consequente existência de oposição linguística latim-romance na época em questão (séc. X).

O quadro 2 resume as perspectivas aqui em discussão sobre a **oralização da língua notarial**.

<p>• ortografia tradicional: <Ingrédiamur, inquid, donum></p>	<p>ortografia tradicional de base latina; admite desvios limitados e padrões de variação inicialmente resistentes, que reflectem a tensão entre mudança linguística e conservantismo ortográfico e cultural.</p>
<p>• correspondências de Wright 1982: [enɣreðjámur, inkið, dónu]</p>	<p>regras de correspondência grafo-fonémica baseadas na fonética romance; fonética evoluída, morfossintaxe e léxico arcaicos, oralização inteligível para falantes acentrados [pronúncia erudita/escolar?], monolingüismo.</p>
<p>• o argumento de Walsh 1991: [entrémóz en la káza, dífo]</p>	<p>não há aplicação de regras grafémicas na oralização do texto, mas transposição de um sistema linguístico para outro, ou seja, a leitura implica necessariamente tradução, distinção conceptual entre duas línguas: bilingüismo e diglossia.</p>
<p>• conversão grafo-lexémica (Emiliano 1992, Wright 1993 a): [entrémós, dífo, en la káza]</p>	<p>regras de correspondência grafo-lexémica: emprego logográfico de seqüências de grafemas fonemicamente opacas, ortografia muito arcaizante e de oralização vernáculo muito complexa, monolingüismo complexo.</p>

quadro 2 - a oralização do latim notarial: correspondências de Wright vs. argumento de Walsh

As glosas riojanas de Silos e de S. Millán ajudam decisivamente a esclarecer a questão. A sua função era facilitar a oralização correcta de um texto escrito em ortografia tradicional, i.e. em latim (cf. Wright 1986 e Emiliano 1992), não apenas com fonética romance, mas também com morfologia, léxico e até sintaxe romances (cf. Stengard 1991 e Blake 1991), fazendo corresponder a formas fonemicamente opacas da escrita latina, formas ortográficas alternativas, equivalentes mas estruturalmente mais transparentes. Não é necessário postular a existência de dicionários latim-romance, como Lapesa (Lapesa 1981:163), para explicar a existência e a função das glosas romances.

A análise dos textos notariais e forais alatinados anteriores ao séc. XIII revela também o fenómeno da **variação gráfica**, em que a 'oposição latim-romance' se estabelece pela existência de alternâncias e substituições gráficas. Os padrões de variação gráfica, analisados estatisticamente e interpretados diacronicamente, mostram (1) que as formas latinas e romances alternantes são formas heterógrafas iso-representacionais, ou seja formas gráficas equivalentes mas baseadas em princípios grafémicos diferentes, e (2) que as formas gráficas latinas eram transpostas / convertidas sem grandes problemas para vulgar (Emiliano 1986 e 1988).

Se se observam atentamente os vários tipos de fórmulas condicionais que ocorrem nas cláusulas finais dos documentos tabeliônicos, mais concretamente na *sanctio*, nota-se que é frequente a ocorrência de formas dos verbos *uelle* e *conari* (este menos frequente), com terminações de futuro perfeito do indicativo latino mas com valor sintático-semântico de futuro do conjuntivo românico (como no documento leonês acima referido). Estão em geral na terceira pessoa do singular: *uoluerit* e *conauerit* (este último com forma de voz activa em lugar da forma depoente transitiva antiga *conatus fuerit*)

Importa considerar se os documentos nos dão uma indicação qualquer sobre a maneira como estas formas poderiam ser oralizadas, posto que as formas fonéticas [* voljére, * konáre] derivadas da aplicação das correspondências de Wright não seriam inteligíveis, e de acordo com o argumento de Walsh seria necessário traduzi-las. Ora, sucede que em muitíssimos documentos as formas *uoluerit* e *conauerit* são substituídas por *quesierit* e *temptauerit*, sem qualquer mudança de significado nas fórmulas. Isto acontece da mesma forma em textos castelhanos, leoneses ou galego-portugueses, antigos ou tardios. Note-se que *quesierit* nesses contextos é sinónimo exacto de *uoluerit*, o que mostra que tem o significado românico de volição, já não o significado latino original de busca ou petição. Note-se também que os textos mais tardios mostram uma preferência indiscutível por *quesierit*.

As formas <uoluerit : conauerit> e <quesierit : temptauerit> são perfeitamente inter-comutáveis, ou seja, estão em variação não-contextual. Isto significa que têm o mesmo valor representacional e que a selecção de uma ou outra não tem valor linguístico: <uoluerit> e <quesierit> ler-se-iam ambas em leonês como [kizjére], <conauerit> e <temptauerit> como [tentáre].

A mudança morfo-semântica do futuro perfeito do indicativo latino para futuro do conjuntivo românico, a mudança léxico-semântica de *querere* de 'busca' para 'volição', e a substituição de *conatus fuerit* por *conauerit*, ou seja de formas depoentes por formas activas, são indícios claros de uma orientação no sentido duma mentalidade românica e já não latina.

Nos foros latinos leoneses, castelhanos e portugueses há alternância livre de <uoluerit> com variantes de <quesierit> (<quisieret>, <quisiere>, <quisier>, <quiser>, etc) Nos foros romanceados, como seria de esperar, só há formas de *querer*, uma vez que o verbo *uelle* desapareceu nas línguas ibero-romances, com excepção do catalão.

Nas glosas silenses (séc. XI) também se encontra correspondência entre *uolle* e *querer*, como se mostra no quadro 3:

texto:	Si quilibet deruf [...]fecum retinere uoluerit [...]
glosa:	confico kifieret tenere.
(Glosas Silenses, nº287, fol 321 r, apud Menéndez Pidal 1980 21)	

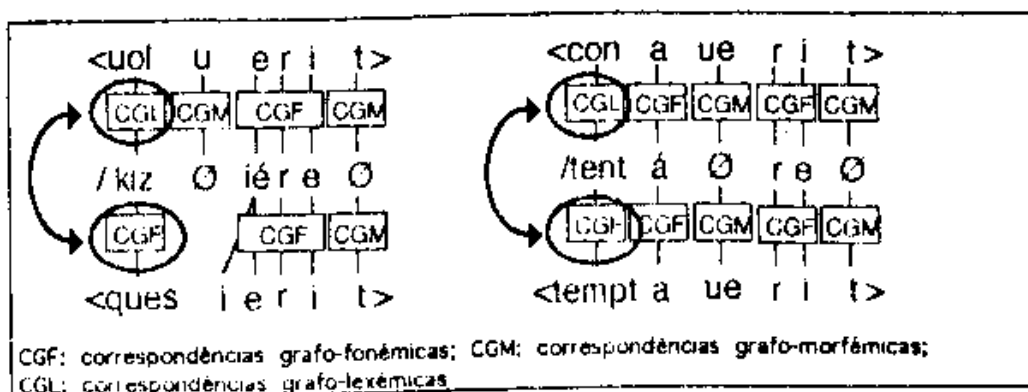
quadro 3

Isto indica que à forma gráfica opaca <uoluerit>, se devia dar a pronúncia grafo-fonemicamente sugerida de maneira mais transparente por <kisieret>. Outras correspondências nas glosas entre formas opacas/obsoletas e formas mais transparentes fonemicamente motivadas, são idênticas ou semelhantes a alternâncias e substituições que ocorrem frequentemente nos documentos tabeliônicos e nos foros e forais (deixo a sua enumeração exaustiva e uma análise mais detalhada para outra ocasião).

Estes factos, aqui necessariamente apresentados de forma muito resumida, e que podem ser facilmente verificados, permitem algumas conclusões gerais/generalizações importantes:

1. As partes formulaicas dos documentos, que *a priori* colocariam as maiores dificuldades de compreensão pela sua linguagem arcaizante, evidenciam elementos de vernacularização⁵, facto que testemunha a possibilidade de uma leitura oral compreensível para todos os ouvintes, letrados ou não.
2. A variação do 'latim notarial e foral', com as suas alternâncias e substituições, indica equivalência lexical e semântica, e, portanto, equivalência representacional das formas latinas e romances co-alternantes, e não distinção ou oposição linguística entre latim e romance.
3. As correspondências lexicais das glosas romances têm o mesmo valor scripto-linguístico que as alternâncias e substituições da língua notarial, facto que confirma a ideia de que essas correspondências latim-romance não são exemplos de tradução (não havia duas línguas distintas em presença) mas de transposição e/ou mudança ortográfica.

A contradição aparente entre, por um lado, o argumento de Walsh e as correspondências de Wright e, por outro, a necessidade de compreensão dos textos, resolve-se facilmente com o reconhecimento da operatividade de **processos de conversão grafo-lexémica**, ilustrados esquematicamente no quadro 4.



quadro 4 - alternâncias gráficas e equivalência representacional

Ou seja, a aparente conversão lexical que a leitura e compreensão dos textos parecem exigir (vocábulos obsoletos, fraseologia e fórmulas legais arcaicas) não é verdadeiramente tradução, mas sim conversão léxico-ortográfica, processo grafémico complexo que faz corresponder directamente itens lexicais e morfemas a sequências de grafos, sem a intervenção de um nível de descodificação fónica intermédia, um interface grafo-fonémico. Isto resulta do carácter parcialmente logográfico que caracterizava a escrita latina tradicional, originariamente uma escrita de carácter fono-gráfico⁶, antes do advento e generalização das convenções grafo-fonémicas do latim medieval reformado, convenções essas que introduziram um relativo isomorfismo entre forma grafémica e forma fonémica. Se este isomorfismo relativo correspondia à situação scripto-linguística da latinidade dos primeiros séculos da era cristã, na França do séc IX e na Hispânia do séc. XI constituiu uma novidade, para não dizer revolução.

A possibilidade de conversão lexical directa de certas representações grafémicas na leitura e oralização explica como um texto graficamente alatinado poderia ser lido com léxico vernáculo sem haver tradução verdadeira, esclarecendo também o estatuto linguístico e ortográfico das correspondências lexicais das glosas romances e dos foros romanceados, essas correspondências scripto-lexicais não são mais que 'translações', permita-se-me o termo, de um sistema ortográfico para outro.

Resulta claro, penso, destas considerações que o acto de ler na Idade Média não significava certamente o mesmo que significa hoje para nós que vivemos em sociedades altamente urbanizadas, alfabetizadas e textualizadas. No processo de leitura e oralização intervinham para além da conversão oral dos grafemas, actividades de conversão e expansão semântica, como a paráfrase e a amplificação, próprias da esfera do oral.

Esta permeabilidade concepcional do escrito em relação ao oral é particularmente observável nas listas de bens, objectos, propriedades, e nomes próprios contidas nos documentos notariais, nas 'notícias' (cf. as já referidas 'Nodicia de kesos', 'Nodita deganato', e a 'Mentio de malefactoria' e a 'Noticia de torto' ambas do mosteiro de Vairão), nas rubricas dos foros por oposição ao texto das cláusulas (Emiliano 1991), e duma maneira geral nas partes livres dos diplomas notariais por oposição às partes formulaicas.

A oralização de um texto resultava numa interferência da oralidade no domínio da escrituralidade, aqui entendidas não apenas como categorias mediais da linguagem mas como categorias concepcionais da actividade discursiva (cf. Koch 1993). A oralidade, ainda não fortemente condicionada e delimitada pela textualização (que corresponde *grasso modo* ao alcance extensivo — diatópico — restrito ou alargado do alfabetismo da comunidade linguística), e portanto não dominada hierarquicamente pela escrituralidade, como sucede nas sociedades ocidentais modernas, pressupunha também um certo grau inerente de improvisação, interpolação e reformulação⁷ — em muitos casos a leitura estava estreitamente associada à interpretação, com o resultado provável de que a leitura de certos textos não seria sempre igual em todas as circunstâncias, dadas as evidentes dificuldades de descodificação de uma escrita com elevado grau de logografia e com padrões sintácticos distintos da língua falada.

Compreende-se assim melhor a necessidade crescente de reforma da ortografia tradicional por um lado, e a inércia e longevidade funcional desse sistema, por outro, e as tensões que aí se digladiavam, manifestas nas 'oscilações' gráficas, nos 'afioramentos' do vulgar, e nos frequentes 'desvios' da língua notarial em relação à norma ortográfica e literária latina dos gramáticos e dos novos *literati* surgidos na estera das reformas carolíngias em França, e na sequência da sua exportação para a Península através da reformas cluniacenses.

Concluindo, o estudo dos documentos medio-latinos deve ser enquadrado por uma **teoria dos actos de escrita** que ambicione, entre outras coisas, a explicitar um modelo da competência escrital (scripto-linguística) dos notários medievais. Cada texto, cada atestação escrita de uma variedade linguística constitui uma instância de língua, uma manifestação de um saber linguístico e escritural resultante de uma prática instituída e de uma tradição

transmitida herdada e ensinada. Cada texto exprime ainda uma intenção comunicativa, por consequência, a análise do sistema grafémico e das representações grafémicas deve conduzir à explicitação ou reconstrução da intenção ortográfica e escritural do sujeito de escrita.

Cada documento notarial medio-latino pressupõe uma diacronia (textual, grafémica e linguística) que é tanto mais interessante quanto mais problemática, no sentido em que parece pôr em causa padrões orto-linguísticos herdados e reverenciados de uma época anterior, mas cuja operatividade não corresponde às práticas contemporâneas: ou seja, o ideal de correcção e normativismo linguístico herdado do passado não se reflecte clara e directamente na produção textual, em resultado de um longo processo de mudança scripto-linguística, cultural e civilizacional. Na sua sincronia linguística e textual, por outro lado, os documentos notariais devem ser abordados tendo em vista o grau de **textualização** e o estatuto socio-cultural do escrito da comunidade no seio da qual foram produzidos.

Se do ponto de vista diacrónico os textos notariais são representantes eloquentes de uma tradição, sincronicamente reflectem o impacto e o alcance do escrito na realidade cultural a que pertencem, alicerçada e estruturada em função de concepções herdadas do passado.

Na perspectiva afluída nestas considerações gerais, o surgimento dos primeiros documentos em português constitui «apenas» um elo, todavia marcante, de uma cadeia de textos, signos, ideias e objectos culturais que liga as culturas da Antiguidade clássica à nossa própria cultura europeia contemporânea

Notas

- ¹ [...] l'origine della tradizione scritta dei nostri volgari non possa ridursi a un evento puntuale e ontogenetico. L'aspetto filogenetico (se vogliamo conservare la metafora) si ripropone continuamente.' Sabatini 1968:350
- ² Exemplos significativos da defesa recente de uma perspectiva bilingue e diglósica são, por exemplo, Hall 1986, e as diversas contribuições para o volume *Le passage à l'écrit du roman* (Selig et al. (eds.) 1993).
- ³ 'la «coscienza del volgare», cioè dell'autonomia del volgare, si è maturata e definita in un periodo molto lungo e al limite si può dire affermata, in sede teorica, solo con Dante. Almeno fino al secolo XII, vi sono testi in cui l'impasto di latino e volgare è ancora inscindibile, talvolta genericamente amalgamato, e non per semplice imperizia degli scrittori o per particolari ragioni stilistiche.' Sabatini 1968:347
- ⁴ 'Despite the fact that all documents were composed in Latin in the earlier period, we find constant references to them being read aloud to the witnesses and parties [...] Obviously, if all parties were to understand what was read out to them, the documents must have been recited in some form of romance, even though they were written in Latin.' Dutton 1980:16

'As these documents were read out to the witnesses and parties, the reader probably did not think he was "translating", but merely reexpressing learned language in vernacular, popular speech.' Dutton 1980:19
- ⁵ 'It does seem that the practice of reading aloud documents to witnesses in a form that they could understand (clearly not the Latin in which they were actually drafted), made this vernacularized legal phraseology generally available and usually quite intelligible' Dutton, 1980:26
- ⁶ 'The fact that the Roman letters originally stood for segmental sounds would not in principle be any bar to constructing a purely logographic script with them.' Sampson 1985:203
- ⁷ 'A text does not cease to be structured discourse, obedient to the laws of grammar and syntax, simply because it is spoken aloud. And oral exchange, if recorded, may still preserve many of its original features, for instance, formulae, repetition, and encyclopedism. Written texts are continuously being re-performed, offering continuities to human behaviour over time. Oral interpolation may derive from improvisation or from texts.' Stock 1983, 13

Examinem-se a este respeito, nas Glosas Emilianenses, a famosa glosa extensa n^o98, e nas Glosas Silenses, a 'glosa dos elementos' n^o113.

Referências:

- Blake, Robert 1991. 'Syntactic Aspects of Latin Texts of the Early Middle Ages', in Wright (ed.) 1991.
- Dutton, Brian 1980. 'The Popularization of Legal Formulae in Medieval Spanish Literature', *Studies in Honor of John Esten Keller*, Newark.
- Emiliano, António 1986. *Foros de Alfaiates. Um estudo sobre variação gráfica*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa (dissertação de mestrado poli-copiada).
- Emiliano, António 1988. 'Contribuição grafemática para o estudo do leonês medieval', *Actas del Primer Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*, Cáceres.
- Emiliano, António 1991. 'Latin or Romance? Graphemic Variation and Scripto-linguistic Change in Medieval Spain', in Wright (ed.) 1991.
- Emiliano, António 1992. '«Latín y romance» y las glosas de S. Millán y de Silos', *Actas del Primer Congreso Anglo-Hispano*, Vol 1 (Linguística), ed. Ralph Penny, Sevilla.
- Hall, Robert A. 1986. 'From bidialectalism to diglossia in Early Romance', *Language in Global Perspective*, Dallas.
- Koch, Peter 1993. 'Pour une typologie conceptionnelle et médiale des plus anciens documents/monuments des langues romanes', in Selig et alii (eds.) 1993.
- Lapesa, Rafael 1981. *Historia de la Lengua Española*, Madrid, 9ª ed.
- Menéndez Pidal, Ramón 1980. *Orígenes del Español*, Madrid, 9ª ed.
- Sabatini, Francesco 1968, 'Dalla "scripta latina rustica" alle "scriptae" romanze', *Studi Medievali*, 9, 320-358.
- Sabatini, Francesco 1978, 'Lingua parlata, "scripta" e coscienza linguistica nelle origini romanze', *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguística e Filologia Romanza*, vol. 1, 445-453.
- Sampson, Geoffrey 1985. *Writing Systems: a Linguistic Introduction*, Londres.
- Selig, Frank e Hartmann (eds.) 1993. *Le passage à l'écrit des langues romanes*, Tübingen.
- Stengard, Birte 1991. 'The combination of glosses in the *Códice Emilianense 60 (Glosas Emilianenses)*', in Wright (ed.) 1991.
- Stock, Brian 1983. *The Implications of Literacy. Written Language and Models of Interpretation in the Eleventh and Twelfth Centuries*, Princeton.
- Walsh, Thomas 1986. 'Latin and romance in the Early Middle Ages', *Romance Philology*, 40.
- Walsh, Thomas 1991. 'Spelling lapses in Early Medieval Latin documents and the reconstruction of primitive Romance phonology', in Wright (ed.) 1991.

- Wright, Roger 1986. 'La función de las glosas de San Millán y de Silos', *Actes du XVIIe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Vol. IX, Aix-en-Provence
- Wright, Roger 1988. 'Latín tardío y romance temprano (1982-88)', *Revista de Filología Española*, tomo LXVIII, fasc. 3º-4º
- Wright, Roger (ed.) 1991. *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, Londres.
- Wright, Roger 1991b. 'The conceptual distinction between Latin and Romance: invention or evolution?', in Wright (ed.) 1991.
- Wright, Roger 1993 a. 'Logographic script and assumptions of literacy in tenth-century Spain', no prelo.
- Wright, Roger 1993 b. 'Translation between Latin and Romance in the Early Middle Ages', no prelo.